



6

CNPJ No. 02.397.080/0001-96

NIRE No. 29300024228

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ITAPEBI GERAÇÃO DA ENERGIA S/A, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2002.

Data, Hora e Local: às 10:00 horas do dia 16 de dezembro de 2002, na sede social, situada na Avenida Edgard Santos nº 300 – Bloco A – 2º andar (parte), na Cidade de Salvador, BA. **Quorum:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada a publicação de edital de convocação, em conformidade com o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, tendo sido enviados avisos pessoais dirigidos a todos os acionistas. **Mesa Diretora:** Presidente: Carlos Mulas Orosa; e Secretário: Erik da Costa Breyer. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: 1. A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única, da espécie subordinada da Companhia, no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), assim como as condições de sua emissão; e 2. O que ocorrer do interesse da Companhia. **Deliberações:** Todas tomadas por unanimidade de votos. Inicialmente foi aprovada a lavratura da presente ata em forma sumária, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. 1. As debêntures que integrarão a 1ª emissão terão as seguintes características: 1.a) Data de emissão, prevista para 1º de janeiro de 2003 1.b) Valor total da emissão: R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); 1.c) Quantidade: 20.000 (vinte mil) debêntures; 1.d) Valor nominal unitário: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão; 1.e) Série: única; 1.f) Espécie: subordinada; 1.g) Conversibilidade: não conversíveis em ações; 1.h) Correção monetária: atualização do valor nominal pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado ("IGP-M"), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de subscrição, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos; 1.i) Garantias e Direitos Extraordinários: as debêntures gozarão das seguintes garantias e/ou direitos extraordinários, compartilhados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e determinadas Instituições Financeiras, todos financiadores de empréstimos tomados pela Companhia em 23.11.2001, a serem eventualmente executados pelo agente fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas da 1ª emissão que, nessa qualidade, é parte dos contratos que consubstanciam referidas prerrogativas, a saber, o Contrato de Administração de Contas, o Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão e o Contrato de Compartilhamento de Garantias, todos contando como anexos à escritura de emissão das debêntures. Nesse sentido, são fixados, em favor dos debenturistas, na proporção dos créditos existentes em virtude da presente emissão, basicamente, i) o penhor i.a) do direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pela União Federal à Companhia, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis e do Contrato de Concessão nº 37/99, datado de 28.05.1999, celebrado entre a Companhia e a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, referente à exploração do potencial hidráulico do Aproveitamento Hidroelétrico de Itapebi, incluindo, mas não se limitando, ao direito de receber toda e qualquer indenização devida pela extinção de referida concessão; i.b) dos direitos de crédito da Companhia decorrentes da venda de energia produzida pela Usina Hidroelétrica de Itapebi e todos os direitos de garantia, de que natureza for, que a Companhia tenha ou venha a ter por força de contratos de compra e venda de energia elétrica que venha a celebrar; i.c) da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidroelétrica de Itapebi; e i.d) de todos os demais direitos relacionados à concessão explorada pela Companhia que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e o referido Contrato de Concessão; ii) a centralização das receitas da Companhia através de conta de sua titularidade, por esta não movimentável, centralizadora de todos os valores recebidos pela Companhia em decorrência do fornecimento de energia elétrica objeto do Contrato de Compra e Venda Mercantil de Energia Elétrica a ser celebrado com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba e de quaisquer outros contratos de fornecimento de energia elétrica que vierem a ser



[Handwritten signatures]



celebrados pela Companhia, bem como todos os valores que a Companhia venha a receber da União Federal, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis e do retromencionado Contrato de Concessão nº 37/99; iii) a conta-reserva das debêntures, de titularidade da Companhia e por esta não movimentável, vinculada ao pagamento das obrigações decorrentes da escritura de emissão, na qual deverão ser transferidos até o final dos 3 (três) primeiros trimestres do ano que anteceda qualquer data de pagamento de principal ou juros sobre as debêntures, o valor correspondente a, no mínimo, 1/3 (um terço) do montante das obrigações devidas em tal data; iv) o compartilhamentos das garantias, na proporção dos créditos devidos contra a Companhia, inclusive sobre os recursos que venham a ser recebidos em decorrência de sinistros cobertos por seguros que, por força dos contratos firmados entre o BNDES e a Companhia, contenha cláusula especial em favor do BNDES, quando estes recursos, a critério do BNDES, não forem aplicados na manutenção da Usina Hidroelétrica de Itapebi; 1.j) As condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76 serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia, no exercício da competência que lhe é por este ato confirmada, em consonância com o que dispõe a alínea "m" do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia; 1.l) Fica o Conselho de Administração ou a Diretoria da Companhia, a critério daquele, observadas as regras fixadas no estatuto Social da Companhia e na Lei nº 6.404/76, autorizados a praticar todos e quaisquer atos indispensáveis à consecução da distribuição das debêntures ora autorizadas à emissão, assim como a assinatura de todos os documentos necessários à execução das deliberações aqui tomadas. 1.m) Caso à época de emissão das debêntures a Companhia já tenha logrado o registro como companhia aberta de que trata o art. 21 da Lei nº 6.385/76, prevalecerá o disposto no §1º do Art. 59 da Lei nº 6.404/76 em relação à competência originária do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, inclusive para modificar as deliberações aqui tomadas. **Encerramento:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Não tendo havido qualquer manifestação, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembléia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes que, finalmente autorizaram sua publicação com omissão das assinaturas. **Presentes:** Presidente: Carlos Mulas Orosa; Secretário: Erik da Costa Breyer; Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, 521 Participações S/A., Iberdrola Energia S/A – IBERENER, e BB – Banco de Investimento S/A, Srs. Rosa Maria Garcia Moura – Presidente, Mário José Ruiz-Tagle Larrain –Vice-Presidente, Paulo Roberto Meinerz, Francisco Ney Magalhães Júnior, Pablo Canales Abaitua Salvador, 16 de dezembro de 2002.

CONFERE COM O ORIGINAL, LAVRADO NO LIVRO PRÓPRIO

Carlos Mulas Orosa
Presidente da Assembléia

Erik da Costa Breyer
Secretário da Assembléia

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICO O REGISTRO EM 09/01/2003
JUCEB SOB Nº: 96417913
Protocolo: 03/001319-4
Empresa: 29 3 0002422 8
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

FIDELIS ROCCO SARNO
SECRETÁRIO-GERAL

